

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea “a” e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2006, período de janeiro/2006 a dezembro/2006, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 26 de janeiro de 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
 ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea “a” – Anexo I	R\$ 1,00
DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA (Últimos 12 Meses)
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)</b>	<b><u>99.861.360,44</u></b>
Pessoal Ativo	94.143.440,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	28.533.645,86
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	<b><u>(22.815.726,22)</u></b>
Despesas de Exercícios Anteriores	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	<b><u>(22.672.343,65)</u></b>
Indenização por Demissão	<b><u>(143.382,57)</u></b>
<b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art.18, § 1º da LRF) (II)</b>	439.394,17
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) <sup>1</sup></b> (Contribuições Patronais)	18.671.311,60
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I + II + III)</b>	118.972.066,21
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	5.998.072.098
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (IV / V) = [(III/IV) *100]</b>	<b>1,98</b>
<b>LIMITE MÁXIMO ( Incisos I, II e III, art.20 da LRF) - ( 2% )</b>	119.961.441,96
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - ( 1,9%)</b>	113.963.369,86

FONTE: DESPESA - SIC (Sistema Integrado de Contabilidade) e Célula de Previdência - CEPRE/SUPSEC - SEFAZ ;  
 RCL /REPASSE PREVIDENCIÁRIO – Secretaria da Fazenda

<sup>1</sup> Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

**NOTAS:**

- 1) Em 2006, a Receita das Contribuições dos Servidores (fonte 03) somadas à Contribuição Patronal (fonte 04), totalizaram R\$ 29.855.367,90, enquanto que o valor pago pelo SUPSEC, nas duas fontes, foi de R\$ 22.672.343,65. A diferença de R\$ 7.183.024,25 correspondente a 0,12% da RCL de 2006, deveria ter sido deduzida das despesas com pessoal do Parquet **no item “inativos e pensionistas com recursos vinculados”**. Portanto, o percentual da despesa com pessoal para fins de apuração do limite cairia de 1,98% para 1,86%, ficando abaixo do limite prudencial.
- 2) A Receita Corrente Líquida relativa ao mês de dezembro/2006 corresponde a dados preliminares.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a' – Anexo V

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	-
Banco		Outras Obrigações Financeiras	295.643,66
Conta Movimento - nº 1702600-8	0,00		
Conta Movimento - nº 22987-3	295.643,66		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>295.643,66</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>295.643,66</b>
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	
<b>TOTAL</b>		<b>TOTAL</b>	
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			654.000,00
INSUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II – III)			

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2006

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" – Anexo XVII

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldos de Exercícios Anteriores	Inscritos		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
Ministério Público	-	9.687.760,01	654.000,00	-	-
▪ Restos a Pagar					
<b>TOTAL RESTOS A PAGAR</b>		<b>10.341.760,01</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>				<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: SIC-Sistema Integrado de Contabilidade

NOTA : (1) As despesas inscritas em restos a pagar pelo Ministério Público, serão pagas com a disponibilidade financeira do tesouro Estadual a exemplo dos demais órgãos da Administração Direta do Estado.

Fortaleza, 26 de Janeiro de 2007

**MANUEL LIMA SOARES FILHO**  
 Procurador-Geral de Justiça

**TERESA JACQUELINE DE MESQUITA CIRÍACO**  
 Coordenadora da Assessoria de Planejamento

**GLADYS FURTADO BRASIL**  
 Diretora de Finanças